CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Deputado novato: Rogério Franco com André, Tarcísio e Derrite

André do Prado defende Rogério Franco para presidente da Alesp

Deputados reeleitos do PL resistem à indicação de Rogério Franco (PL) para a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Dos 15 parlamentares da sigla que permanecerão na Casa, nove defendem que o cargo seja ocupado por um deputado experiente, segundo levantamento divulgado pelo Metrópoles. Outros quatro não foram localizados e dois preferiram não se manifestar. Nos bastidores, o atual presidente, André do Prado (PL), articula a escolha de Franco, eleito para seu primeiro mandato. Parlamentares criticam a possibilidade de um novato assumir o comando sem conhecer o regimento e a rotina legislativa. Também questionam a falta de diálogo sobre a sucessão e a escolha do candidato. A eleição está prevista para fevereiro de 2027. Com 27 deputados eleitos, o PL terá a maior bancada da Alesp. A escolha do próximo presidente ainda será discutida entre os integrantes da legenda.

Projeto pune exposição íntima de idosos

O deputado federal Fábio Teruel (MDB-SP) apresentou projeto que criminaliza a divulgação não autorizada de imagens e informações íntimas de idosos, pessoas com deficiência ou dependentes de cuidados. A proposta prevê pena de um a três anos de detenção e multa, que sobe para dois a seis anos de reclusão quando houver abuso de confiança por familiares ou cuidadores. O projeto foi protocolado após vídeos publicados nas redes sociais sobre a situação em que se encontra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta é do deputado federal, Fábio Teruel (MDB-SP)

Marinha simula ataque no Porto de Santos

A Guarda Portuária de Santos participou, entre os dias 9 e 12 de novembro, da Operação Tridente III, exercício da Marinha que simulou uma ameaça terrorista a um navio. A ação, realizada em Santos e Praia Grande, teve como foco a proteção de cabos submarinos de fibra óptica e de estruturas estratégicas. O treinamento envolveu a abordagem e retomada da embarcação, com identificação e detenção de ameaças simuladas. Oito agentes da Guarda Portuária participaram da operação, utilizando uma das novas lanchas blindadas.

Porto recupera sistemas após ataque hacker

A Autoridade Portuária de Santos informou que continua trabalhando para restabelecer os sistemas online afetados por um ataque cibernético. Segundo comunicado divulgado pela administração do porto, os principais serviços aos usuários estão disponíveis por canais alternativos. A APS afirmou que as operações portuárias seguem normalmente, sem risco de paralisação, enquanto trabalha na recuperação dos sistemas atingidos.

Casos de mpox em SP

São Paulo lidera os casos de mpox no Brasil em 2026, com 409 registros confirmados, segundo dados atualizados do Ministério da Saúde. O estado concentra 37% das 1.099 ocorrências no país. O RJ aparece em segundo lugar, com 395 casos. Autoridades de saúde monitoram o avanço de uma nova variante do vírus e reforçam a importância da prevenção.

Nascimentos prematuros

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou audiência pública para discutir políticas de atendimento a bebês prematuros após a alta hospitalar. O encontro, promovido pela deputada Marina Helou (Rede), reuniu famílias e especialistas. Em 2025, o estado registrou 56.171 nascimentos prematuros, equivalentes a 11,7% dos nascidos vivos.

Bolsas de Estudos

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) apresentou parecer favorável ao projeto de Paulo Teixeira (PT-SP) que prevê reajuste das bolsas de estudo e pesquisa da Capes e do CNPq. A proposta estabelece correção pelo IPCA a cada dois anos, no máximo. O primeiro reajuste deverá ocorrer em até um ano após a publicação da lei, caso seja aprovada.

Curso Reforma Tributária

A Fiesp e o SENAI-SP lançaram um curso gratuito e on-line para ajudar empresas na adaptação à Reforma Tributária. A formação oferece oito trilhas de aprendizagem, definidas conforme o regime tributário e o setor de atuação. Com até 24 horas de duração, o curso aborda mudanças nas regras fiscais e orienta a elaboração de planos de adequação.

Contra radares invisíveis

O deputado Jonas Donizette (PSB-SP) apresentou substitutivo ao PL 3912/2025 que condiciona multas por excesso de velocidade, registradas por radares, à existência de sinalização ostensiva, visível e legível. As regras técnicas ficarão a cargo do Contran. Se aprovado, o texto entrará em vigor 360 dias após a publicação da lei.

Morto por Policiais

A Justiça determinou o bloqueio de R$ 10 mil das contas do governo de São Paulo para custear o traslado e o funeral de Jeferson de Sousa Santos, morto por policiais militares em junho de 2025. O corpo permanece há mais de um ano no IML, à espera de transporte para Alagoas, onde a família pretende realizar o sepultamento.

LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO



Congresso analisará projetos que elevam impostos

Deputados de SP propõem elevar impostos sobre investimentos

Projetos foram protolados na sexta(13) por deputados do PT,PSOL, PCdoB e PV

Por **Andre Souza**

O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) apresentou quatro projetos de lei que propõem ampliar a tributação sobre investimentos, lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e grandes patrimônios. As propostas foram protocoladas na Câmara dos Deputados na sexta-feira (13) e contam com assinaturas de até 86 parlamentares, dependendo do projeto, incluindo 15 representantes de São Paulo, filiados ao PT, PCdoB, PSOL e PV.

Uma das medidas prevê novo aumento do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade utilizada por empresas para remunerar sócios e acionistas. A alíquota, que era de 15% até dezembro de 2025, passou para 17,5% em janeiro de 2026. Pelo PL 5855/2026, subiria para 20%.

Na prática, sobre um pagamento de R$ 1 mil em JCP, o imposto, que era de R$ 150 em 2025 e passou para R$ 175 neste ano, chegaria a R$ 200 caso a proposta seja aprovada.

Outro projeto, o PL 5854/2026, estabelece tributação de 15% sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, independentemente do valor recebido. Atualmente, a retenção de 10% incide sobre pagamentos superiores a R$ 50 mil mensais feitos por uma mesma empresa ao mesmo beneficiário.

Já o PL 5853/2026 propõe cobrar 7,5% de Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras atualmente isentas para pessoas físicas, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRI e CRA).

A quarta proposta, o PL 5852/2026, cria o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição, mas ainda não regulamentado. A cobrança atingiria patrimônios líquidos superiores a R$ 15 milhões, com alíquotas progressivas de 0,7% a 3%. A arrecadação seria destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

JUSTIFICATIVAS

Segundo as justificativas dos projetos, o objetivo é reduzir diferenças na tributação entre rendimentos do trabalho e do capital, além de ampliar a arrecadação federal. As propostas ainda precisam passar pela análise do Congresso Nacional.